



Refugiados e espaços de inclusão



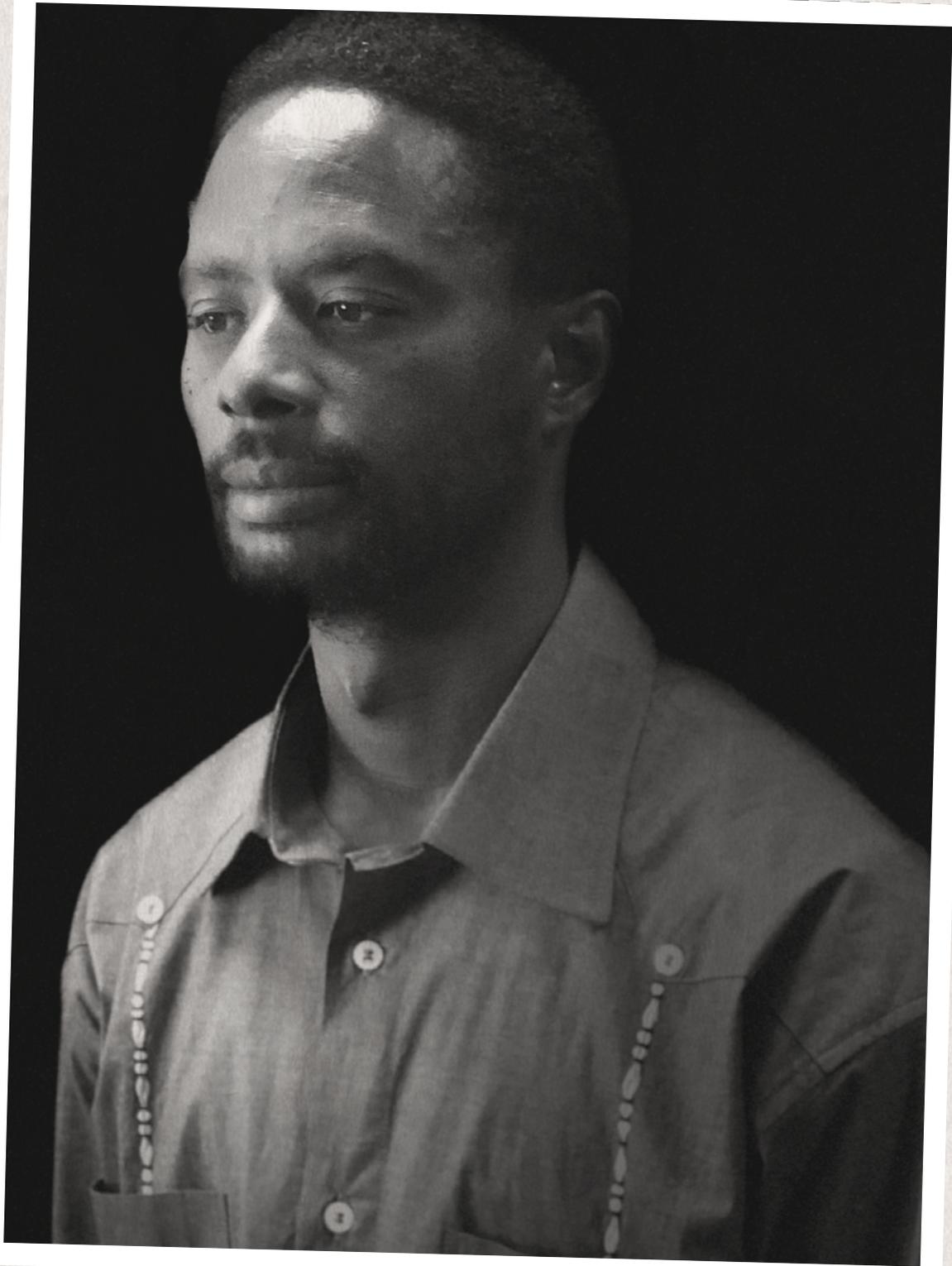
Entrevista com Alexander Kpatue Kweh¹

Quem entrevista:

Sílvia Leiria Viegas²

CIAC, UAlg, Portugal





ALEXANDER KPATUE KWEH



O nosso papel é promover a integração [...].
A habitação é a vida destas pessoas

Alexander Kpatue Kweh

Alexander Kpatue Kweh tem 41 anos, é originário da Libéria e naturalizado português, sendo, atualmente, dirigente da União de Refugiados em Portugal (UREP) e coordenador do Fórum Refúgio Portugal. Foi acolhido em Portugal, como refugiado, em 2006, com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Desde então, tem estado ativamente envolvido em mobilizações da sociedade civil e com associações focadas na melhoria do acolhimento, da inclusão e autonomização dos refugiados em Portugal, sendo atualmente porta-voz do Fórum Refúgio Portugal, uma rede informal de atores comprometidos com a co-construção de novos mecanismos que contribuam para este objetivo.

Nesta entrevista, Alexander Kpatue Kweh aborda o tema da integração sócio-espaial de refugiados em Portugal e, em particular, na Área Metropolitana de Lisboa (AML), tocando em questões relacionadas com: (1) as respostas públicas desenvolvidas nos últimos anos para o acolhimento sustentável de refugiados e seus impactes na quotidianidade, dificultada pelo surgimento da pandemia da COVID-19; (2) o aparecimento e a gestão das atividades do Fórum Refúgio Portugal, uma iniciativa apoiada pelo Alto Comissário para as Migrações no quadro das relações entretanto fundadas com algumas associações de refugiados; (3) o papel dos diferentes tipos de atores envolvidos nesta plataforma; (4) o direito à habitação e a estratégia política de desconcentração territorial de refugiados acolhidos ao abrigo de Programas Europeus e Acordos Internacionais; (5) e a possibilidade de construção coletiva de um futuro inclusivo, a partir de um diálogo transparente entre as partes envolvidas, nomeadamente o governo, algumas entidades privadas e a sociedade civil organizada.



A primeira questão que gostaria de te colocar é sobre o acolhimento de refugiados em Portugal nos últimos 15 anos, ou seja, o mesmo tempo da tua experiência pessoal enquanto refugiado em Portugal, e também enquanto pessoa envolvida nas mobilizações da sociedade civil focadas no acolhimento de novos refugiados. Como é que o processo de acolhimento se foi operando e quais os impactes na vida quotidiana dos refugiados? Dito de outra forma: como é que o governo recebeu estas pessoas? Quais as dificuldades encontradas? Quando é que uma pessoa deixa de se sentir refugiada em Portugal?

Sobre o contexto geral do acolhimento de refugiados, em Portugal, como eu sempre digo, o refugiado é o caminho que a pessoa faz desde o primeiro momento que sai do seu país até chegar ao país de acolhimento³. Pelo meio, as pessoas sentem-se refugiadas. Mas quando já têm apoio e estão em segurança, em lugares onde podem refazer a sua vida, não gosto de as rotular como refugiadas. Porque essas pessoas devem ser bem-vindas e fazer parte da sociedade, para a vida poder continuar⁴.

Estou há 15 anos em Portugal, vim em 2006. Um ano antes, o Dr. António Guterres tornou-se presidente do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Eu fiz parte de um primeiro grupo de 12 pessoas que chegou a Portugal. Estávamos sob a responsabilidade da ACNUR em Marrocos. Nessa altura existiam muitos conflitos com imigrantes na fronteira, como hoje em dia. Muitos tentavam atravessá-la e vir para a Europa. Não sei se foi por vontade do governo português ou se foi por vontade do Dr. António Guterres, mas Portugal e Espanha decidiram acolher 25 pessoas. Treze ficaram em Espanha; o autocarro do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) levou os restantes para Lisboa. Foi uma entrada vitoriosa. Na época, o atual Primeiro-Ministro, o Dr. António Costa, era o Ministro de Estado e da Administração Interna. Quando nos foram buscar, havia muitos jornalistas, com câmaras e tudo. Durante toda a semana fizeram entrevistas e publicaram histórias sobre a nossa vida. Muitos jornais escreveram sobre a nossa chegada.

LAJE

v.2 n.2
p. 98-123
2023

ISSN: 2965-4904

O meu grande objetivo sempre foi encontrar uma terra, porque eu tinha perdido a minha. Saí da Libéria quando era criança, nunca senti que pertencia a um lugar até chegar a Portugal. O que sempre me motivou, enquanto estive em campos de refugiados em África, e também noutros países por onde passei, foi o envolvimento nas organizações da comunidade. Os refugiados não são aquilo que estamos sempre a ver na televisão, com o seu sofrimento.⁵ Este caminho representa o lado feio da sua vida. Antes disso éramos famílias. Eu também venho de uma família. Estávamos satisfeitos no nosso país. A guerra destruiu as nossas vidas. Andei por África durante algum tempo, até chegar a Portugal para começar a minha vida. Eu não pensava em voltar à Libéria ao fim de um ano. Eu pensava antes em como me instalar em Portugal para começar a aproveitar as oportunidades disponíveis. Eu podia, finalmente, fazer a vida que eu sempre quis e que perdi na minha infância. Entretanto já saí de Portugal, viajei como todas as pessoas, mas Portugal é a minha casa.

O que te motivou, a ti e a outros refugiados que chegaram a Portugal nessa altura, a começar a ajudar a receber outros refugiados? Como foi esse percurso, desde a constituição das associações de refugiados até chegarmos à criação do Fórum Refúgio Portugal?

Essa motivação permanece, é a razão pela qual continuamos a lutar. Acolher refugiados não significa apenas tirar pessoas da zona de guerra. Elas estão aqui, esta é a nossa casa. Se tiverem comida e dormida, as pessoas vão ser dinâmicas. Mas, e o que vão fazer? O nosso Programa não estava focado nisto. Recebemos apoio [do Instituto] da Segurança Social, mas também queríamos estudar, queríamos trabalhar, e tudo isto era difícil. O Centro [de Acolhimento para Refugiados do Conselho Português para os Refugiados, CPR] não estava concentrado nisto. Esta situação persiste. Em Portugal estamos a acolher pessoas [ao abrigo de Programas Europeus e Acordos Internacionais]⁶ mas não estamos a prepará-las para serem autónomas. No nosso tempo não existia um Programa de 18 meses.

Na altura, lembrei-me do que tinha feito nos campos de refugiados. Lá existiam muitas organizações comunitárias, para um apoio mútuo. Eu fiz esta proposta a outros refugiados, especificamente ao Sr. Ahmed [Abdallah, o atual Presidente da UREP]. Em 2008, dois anos depois da nossa chegada, o parlamento português quis saber como correu este primeiro Programa. O CPR apresentou as boas coisas que estavam a fazer para os refugiados, mas nós não estávamos satisfeitos. Faltavam oportunidades de trabalho, estudos e muitas outras coisas. Tínhamos um mau entendimento entre os dois grupos. Queríamos dizer que, após dois anos, estávamos bem em Portugal, estávamos

em segurança, mas sentíamos falta de muitas outras coisas. Pensei que queixar não ia resultar. – O que podemos fazer para nos ajudarmos a nós próprios? Ajudar estas instituições a acolher-nos bem? O governo chamou os dois grupos, e nós fomos lá. Acreditei que se o CPR soubesse que tínhamos estas necessidades, ia ajudar-nos a ultrapassá-las. Por isso, fizemos uma carta ao CPR dizendo que queríamos formar um grupo de auto-ajuda. O Sr. Ahmed sempre diz isto: refugiado ajuda refugiado. É de lá que saímos.

Nem todos estavam em condições desfavoráveis. Alguns já sabiam o que fazer, como ir à Segurança Social, ou procurar aulas de português fora do Centro. Esse Programa dentro do Centro sempre é bom. Mas quando saís, após 3 a 6 meses, é que tu encontras os verdadeiros problemas. Por isso, depender das instituições de acolhimento não é bom. Se eu conhecer a realidade, vou poder ajudar outro refugiado. E assim sucessivamente. Isto já acontecia, todos os dias, num café de São João da Talha⁷. Alguém chegava e dizia: – Eu tenho trabalho; Ou, o meu patrão precisa de mais empregados. Eu já estou a fazer aulas de português, e existem vagas. Para tornar esta dinâmica mais formal propusemos ao CPR ter um grupo focal. Depois de nos reunirmos, disseram-nos que não podíamos fazer uma associação dentro da organização. Mas fora do Centro tínhamos liberdade de nos organizar. Por isso começámos a fazer um plano. Era mesmo necessário ajudar - uma mão ajuda a outra mão! -, Porque a situação era mesmo crítica, imagina hoje em dia! Estou a falar de há 12 anos atrás, em 2009/2010.

Começámos assim. Conhecemos a Cristina Santinho e a Diana Tomás, estavam a fazer o seu trabalho académico, tal como tu estás a fazer hoje em dia. A primeira coisa que fizeram foi começar a ajudar a organizar o nosso estatuto, com base nas nossas ideias. Assim nasceu a Associação de Refugiados em Portugal (ARP). No início do processo estávamos sempre lá no café, em São João da Talha. Um dia passou por lá o Sr. Presidente [da União das freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, Dr. Nuno Leitão], que nos perguntou: – quem são vocês? – Somos refugiados, viemos do Centro lá em baixo, da Bobadela; – O que estão a fazer? – Queremos formar uma associação. A conversa tornou-se interessante, porque éramos moradores do bairro e não era apropriado fazer as nossas reuniões da associação num café. Por isso a Junta de Freguesia disponibilizou um espaço. Foi assim que começámos a nossa relação. É o início da nossa história, também. O nosso objectivo era uma pessoa ajudar a outra. Cada refugiado pode ajudar outro para facilitar o processo. E assim começámos e continuamos até hoje.

Vários anos passaram, e começaram a chegar mais refugiados a Portugal, sobretudo a partir de 2015. Criaram-se as associações feitas por refugiados e antigos refugiados em Portugal: a ARP, depois a UREP e a APIRP e, por último, a Family of Refugees. Recentemente, surgiu o Fórum Refúgio Portugal. Porque sentiste a necessidade de criar este Fórum? Que trabalho faz, que as associações não conseguem fazer sozinhas? Que mais valias trouxe? Porque é que fomentaste, dentro do Fórum Refúgio, a criação da Iniciativa das Mulheres em Situação de Refúgio?

Logo que pudemos, constituímos a ARP [em 2010]. Mas, desde o seu início, surgiram muitos conflitos. Eu tracei a ideia, o Diaby [Abdourahamane] ficou como Presidente, eu fiquei no Conselho Fiscal. Para muitos, a ideia era criar uma associação focada em reivindicar direitos. Para o Sr. Ahmed e para mim, a associação não era para reivindicar. Era para pensarmos, em conjunto, o que podemos fazer, nós próprios, para nos ajudar. Além disso, só eu estava a trabalhar para a associação, praticamente. E houve um problema de má gestão financeira, quando eu estava na Noruega com familiares.

Em 2013, o Sr. Ahmed quis constituir outra associação, porque a comunidade estava mesmo a precisar. Entre 2010 e 2013 chegaram a Portugal muitos refugiados, muitos requerentes de asilo, e a comunidade começou a ficar muito diversificada – diferentes pessoas, diferentes línguas, vindas de diferentes contextos –, era melhor formar outra associação, de união. O Amadou [Diallo] também deixou a ARP e criou a Associação de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Portugal (APIRP). Em 2015 outro grupo de refugiados chegou a Portugal e, em 2016, Alan Ghunim criou uma associação de apoio para a comunidade síria, a *Family of Refugees*.⁸

Nós mantemos a convicção de que os refugiados podem ter a sua voz, mesmo através de diferentes associações. Mantemos esta relação entre nós e falamos sobre o que vamos fazer. Porque não vais ter um grupo de refugiados sírios dentro de um grupo de pessoas vindas de países africanos que falam francês. A comunicação é difícil. Se cada um tiver o seu pequeno colectivo e tivermos esta relação estreita entre nós, isso vai-nos ajudar. Vamos-nos apoiar e perceber o que vamos propor às instituições ou ao governo, para todos os refugiados. Não só para os sírios ou os africanos.

E assim eu voltei a Portugal. Começámos o Programa Municipal de Acolhimento de Refugiados em Lisboa (PMAR Lx)⁹. Primeiro, todos sabiam que eu já tinha alguma experiência com associações; segundo, tínhamos muitos voluntários de novo. Depois da Cristina [Santinho] e da Diana [Tomás] começaram a aparecer muitos voluntários querendo trabalhar connosco. Mas apesar da sua competência para organizar e fazer coisas, estes académicos não tinham voz. Porque a associação é nossa. É associa-



ção de refugiados, não é associação de portugueses! Mas estas pessoas estavam a trabalhar connosco. Quando eu estava na Noruega, pensei em criar um Fórum de refugiados, onde não fosse sempre eu a falar: vamos abrir o debate para todos dizerem o que pensam e como se sentem. Depois, com o Programa Municipal, tivemos mais contacto com o Largo [de Residências]¹⁰, com a Crescer¹¹, e com outras instituições e pessoas. Fizemos este projeto financiado pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), em 2017 – INFUSÃO –, que tinha como complemento um Fórum para os Nacionais de Países Terceiros (NPT). Decidimos: – vamos escrever cartazes! As pessoas vinham e escreviam na sua língua. Mas os refugiados estão em todo o lado do país e o projeto INFUSÃO decorria em Lisboa. Como é que os refugiados iam participar? Era preocupante para nós.

O INFUSÃO estava ligado ao centro de Lisboa e era dirigido para imigrantes. Por isso, eu decidi fazer o Fórum Refúgio Portugal, específico para refugiados. Agora, o Fórum não é só para os refugiados falarem de novo. Escolhemos integrar as outras pessoas que estão sempre a ajudar-nos. O Fórum Refúgio não é uma associação de refugiados, é um espaço onde as pessoas se podem juntar – instituições, académicos, etc. – para falar sobre refugiados em Portugal. Porque, depois de 2015, o tema dos refugiados ganhou uma grande visibilidade. Antes, quando se falava com as instituições sobre refugiados, diziam-nos: – Nós não cuidamos de refugiados. Na altura apenas o CPR assumia essa função. Depois, em 2015, formaram a Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR)¹². Era preciso falar sobre o assunto. Portugal tinha alguma experiência de acolhimento, e ia continuar a acolher, por isso tínhamos de falar muito sobre esse assunto. Porque quando falamos sobre o bom acolhimento de refugiados em Portugal nos jornais e, depois, percebemos como é realmente a vida das pessoas – que é como tu sabes –, é diferente. O que não anda bem no meio? Se não nos sentarmos para falar não vamos resolver os muitos problemas dos refugiados. Às vezes os refugiados querem ter resposta.

Ainda dentro do INFUSÃO, fizemos um Fórum, em 2018, no dia mundial do refugiado [20 de junho], no CPR. Colocámos cartazes, as pessoas falaram ao microfone. Os refugiados organizaram isto. Com esta experiência começámos a falar com o Alto Comissariado para as Migrações [ACM], com as instituições. Entretanto, conhecemos o Alexandre [Bagarrão Teixeira], que é o nosso embaixador, e que nos queria ajudar a montar negócios. Foi o Alexandre que ajudou a montar o projeto Tayybeh¹³. Mais uma vez, não tinha voz dentro da associação. Perguntei-me: – Como podemos enquadrar estas pessoas para terem liberdade de fazer o que sabem fazer? Fomos falar com

a Secretária de Estado – na altura era da Cidadania e Igualdade [Dr^a Rosa Monteiro] a tratar do assunto dos refugiados –, depois fomos falar com o ACM que disseram: – Que ideia fantástica, onde vocês estão? – Nós não temos um sítio. Vamos procurar um lugar. Vocês vêm trabalhar perto de nós e vamos ver como está esta questão dos refugiados, e resolver problemas.

A partir de 2019, com a criação do Fórum Refúgio, ficou estabelecido o contacto directo com essas instituições. Já não se fazia através das instituições de acolhimento, como antes. Formámos o Fórum Refúgio Portugal, arranámos o Espaço Co-Work¹⁴ e começámos a trabalhar perto das instituições, perto do governo. Chegaram voluntários e fizemos uma manifestação de interesse: quem quiser participar – sociedade civil, académicos, etc. – pode trabalhar connosco, em conjunto, porque todos temos interesse em trabalhar com refugiados. Ou então interesse em fazer trabalhos académicos sobre o tema. Mas, neste caso, não venham ter connosco, ter com as associações, apenas para entrevistar os refugiados. Podem, ao invés, vir trabalhar aqui e ter contacto directo com os refugiados e, desta forma, ter acesso à informação que buscam para os vossos estudos. Desde então, como tu sabes, começámos a trabalhar. Com tudo isto eu comecei a estar lá no Espaço Co-Work todos os dias. As pessoas tinham alguém com quem falar rapidamente, com o conhecimento que eu tenho da sociedade civil, dos mecanismos do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI). As pessoas começaram a vir.

Não só pessoas solteiras. Algumas famílias estavam a passar por dificuldades. Os homens sentavam-se à minha frente, as mulheres ficavam em pé, com as crianças nas mãos, a dizer coisas ao ouvido dos maridos. – Porque estas mulheres não vêm sentar à mesa? Vamos falar da situação das suas famílias! Falei com o Velho [Sr. Ahmed] que me disse: Alexander, é por causa da cultura. Uma mulher casada não pode falar com outro homem. A minha mulher é muçulmana, mas é uma muçulmana moderna. Eu sou cristão, vivemos bem, não temos problemas na nossa família. Mas eu percebi, então, que eu não me podia aproximar de outra mulher muçulmana, sobretudo se fosse casada. Essas mulheres têm capacidades, podem contribuir. Porque estão sempre debaixo do pano? Pensámos logo em arranjar um espaço para falarem entre elas, e depois trazerem a sua mensagem para nós. É isso que faz a [Enas Fathallah,] coordenadora da Iniciativa das Mulheres em Situação de Refúgio em Portugal. Assim, as pessoas falam rapidamente connosco, sem restrições culturais. A Enas consegue organizar o seu grupo de mulheres. Não se trata de mais uma associação de mulheres refugiadas. A Iniciativa foi criada para as mulheres refugiadas se juntarem entre si e



com outras da sociedade civil, para falar e tratar dos seus assuntos, e propor entreaajuda. Estas mulheres da sociedade civil também têm filhos que vão à escola. Também vão preparar os filhos de amanhã. Foi assim que começou a ideia. A Iniciativa foi lançada no Porto, em 2019, na Universidade Católica. Lá havia muitas mulheres refugiadas. Vieram mulheres de Braga, de Lisboa, com a Cyntia [de Paula]¹⁵, a Emellin [de Oliveira]¹⁶, Cristina [Santinho]¹⁷, Alexandre [Teixeira]¹⁸ e eu. O Fórum Refúgio não é uma associação porque, como já falámos, existem várias associações de refugiados, é antes um coletivo.

Partindo, precisamente, do que estavas a dizer agora sobre os vários atores envolvidos na construção do Fórum Refúgio Portugal e, depois, na Iniciativa das Mulheres em Situação de Refúgio, como é que tu vês o papel de cada um deles - o papel da Academia, o papel da sociedade civil, o papel dos voluntários, das instituições governamentais ou dos representantes dessas instituições -, neste diálogo? Que acontece numa plataforma que tem pessoas muito diferentes e que, à sua maneira, com as suas várias experiências, intenções e ideologias, procuram construir um caminho conjunto. Até, porque cada tipo de atores tem diferentes competências e responsabilidades. E isso é, também, o que enriquece - digo eu - o Fórum Refúgio Portugal. Mas nem sempre estamos todos de acordo, o que também introduz outros desafios.

Portugal não é como outros países onde os governos facilitam a entrada dos refugiados para os colocar em Campos de Refugiados sob responsabilidade da ACNUR. Em Portugal, são a estrutura da governação com organizações não governamentais locais que tomam conta dos refugiados. Existem vários atores no terreno e todos têm um papel muito específico. Primeiro, o governo decide quantos refugiados vai receber, depois, o Ministério da Administração Interna (MAT) organiza a sua chegada através de mecanismos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Todos têm um papel ativo: - Mas o que cada um está a fazer? Quais são as suas dificuldades? O que acham que pode ser feito melhor? O que é que nós, enquanto ex-refugiados, com a experiência de sermos portugueses, estando a ajudar outras pessoas, estamos a observar no terreno? Como é que esta observação pode ser encaminhada para os decisores?

O Fórum Refúgio Portugal, sendo uma plataforma de conversa e de procura de novos mecanismos, não se podia limitar a nós, aos refugiados e aos nossos voluntários. Envolvemos todos os atores e, por isso, desde o início falámos com a Secretaria de Estado, o SEF, o ACM. Porque são os atores principais e cada um tem um papel específico. Potenciamos esses contactos nas Assembleias Gerais. O Fórum tem três pilares principais: a coordenação, a sociedade civil (com a academia) e, depois, as associações de refugiados. O coordenador deste último pilar é o Mubarak [Hussein]. Antes, as pessoas da sociedade civil, com interesse em contactar o Fórum, passavam pelo Alexander [ou seja, por mim], agora qualquer pessoa pode entrar.

Uma das grandes questões dos Programas de refugiados é a verba. No lançamento do Fórum Refúgio Portugal estavam presentes muitas pessoas, cerca de 100. Pensavam que era uma oportunidade de financiamento. Muitas destas pessoas desapareceram porque o Fórum Refúgio não tem nada. É só conversa. As associações de refugiados também, como sabes. No início todos queriam fazer projetos através do Fórum Refúgio, mas ficou só a UREP. A ideia não era lucrar para as nossas associações, era arranjar soluções junto das instituições, buscar novos mecanismos para promover a integração dos refugiados em Portugal. Hoje em dia o Fórum tem mais voz que as associações de refugiados.

Eu sei estruturar bem uma ideia mas, para ser mais formal, eu preciso da vossa ajuda [da acadêmica]. No lançamento do Fórum Refúgio tinha a Dora [Rebelo], a Emellin, a Cynthia, a Lisa Matos, etc. – Como é que eu vou criar um painel para estas pessoas? Eu estava a fazer o programa, já tinha as associações de refugiados. Então eu criei o grupo Academia na Mesa, porque estas pessoas tomam conta da parte científica na questão dos refugiados. A academia está sempre na mesa a discutir sobre a questão dos refugiados. Hoje em dia, assim continua. Quando tu chegaste [ao Fórum Refúgio, em 2019], com uma questão muito específica e muito importante que é a habitação, criámos lugar para ti. Tu ficaste connosco para falar sobre esta questão porque, na altura, os outros grupos da academia não falavam de habitação. Até hoje, continuam a não falar de habitação. O Fórum Refúgio Portugal conta com estes grupos específicos. Quando os refugiados têm problemas, vêm ter connosco, e nós levamos a sua voz mais à frente. Se fizerem o vosso trabalho académico, nós nos beneficiaremos. Ficamos todos felizes e os refugiados podem sonhar com um melhor acolhimento em Portugal. O principal objetivo é todos contribuírem para o acolhimento e a integração dos refugiados.

Para além da advocacia - porque é disto que tens estado a falar, sobre o papel de aconselhamento e reflexão em torno da criação desses novos mecanismos -, o Fórum Refúgio Portugal também tem um papel ativo na tentativa de resoluções práticas, por exemplo de resposta ao aparecimento da COVID-19. Naquele momento específico, o Fórum, nomeadamente tu, articulado com o Mubarak, Sr. Ahmed, e outras pessoas, envolveram-se diretamente na ajuda prática a refugiados e, até, a requerentes de asilo, através da entrega de máscaras, álcool gel, etc. Podes falar desse lado mais prático da resposta de emergência? Ainda recentemente tivemos a fazer recolha de agasalhos, comida.

Como eu disse no início: um refugiado ajuda outro refugiado. Nós, seja enquanto Fórum ou associações de refugiados, não integramos nenhum Programa de acolhi-





mento, seja de recolocação ou de reinstalação. Os requerentes de asilo são outra coisa [ainda não têm estatuto]. O nosso objetivo é trabalhar para apoiar qualquer pessoa com estatuto de refugiado em Portugal, quer chegue a pé, quer chegue de avião. Queremos que essas pessoas se sintam em casa em Portugal.

Aconteceu com todos nós. Quando eu saí do Centro [do CPR] eu fui para o Barreiro. Eu não falava português, ia ao supermercado, ao café. Perguntava: *do you speak english? vous parlez français?* Eu não conseguia dizer às pessoas que eu era um refugiado. Depois de algumas entrevistas na televisão as pessoas viram-me: – Já sabemos que tu és refugiado porque vimos agora na televisão. Mas porque tu não falas português? Tens de saber falar português! Foi a sociedade Barreirense que me acolheu, não foi o Centro de Acolhimento de Refugiados. Eu, pessoalmente, não gosto de passar o dia à espera que me deem coisas. Temos de nos ajudar a nós próprios. A minha advocacia não é para gritar: – Nós queremos isto, queremos aquilo, queremos os nossos direitos! Às vezes também o faço. Mas se eu conseguir organizar a minha voz, sabendo muito bem o que eu quero, sabendo que tu tens a resposta, eu vou sentar-me contigo e vamos conversar. Tu podes fazer a tua política ou a tua campanha e criamos uma relação.

As associações de refugiados, sabendo que há muitas falhas e desafios nos Programas, pedem-me para ajudar pessoas a falar sobre as suas dificuldades. Em 2019, na primeira Assembleia do Fórum Refúgio, avisámos que os hosteis localizados nos Anjos estavam superlotados [com requerentes de asilo]¹⁹. Como Portugal é um país aberto, muitas pessoas começaram a chegar. Apresentámos estes problemas às instituições. Mas colocaram isto debaixo da mesa. Depois chegou a pandemia. O lado positivo é que já estávamos no terreno. Eu saía todos os dias do espaço Co-Work, passava nos hosteis e perguntava: – o que é que vocês precisam? Depois eu levava coisas. Mas não íamos ser nós a testar as pessoas nos hosteis. Isso tinha de ser feito pelas instituições que levaram para lá estes requerentes de asilo, incluindo as cerca de 60/65 pessoas que ficaram infectadas.

Logo, formámos a equipa. Eu estava perto [no Co-Work]. Pediram-me: – Alexander, vai lá ver as pessoas. No momento em que as estavam a levar para a OTA²⁰, eu estava lá! Tinha uma nova equipa no ACM. Se fosse a antiga tínhamos chegado mais cedo e acompanhado o processo desde o início. Mas tinham mudado o Alto Comissário²¹ e havia um novo grupo. Apresentei-me. Disseram-me: – Acabámos de chegar mas queremos falar contigo. Não eram os refugiados que vieram no Programa, mas requerentes de asilo, os que estavam no autocarro e me diziam: – Alexander, não me esqueças! Porque todos os dias eu passava por lá, pelos hosteis. Levaram uma

senhora no autocarro para fazer mediação cultural mas não resultou porque não se entendiam. Eu já passei por algo semelhante. E quem esteve lá na OTA, no primeiro dia, não conseguiu acalmar os populares.

Enviaram uma viatura oficial lá ao meu bairro e fomos [para a OTA]. Falo diversas línguas. Árabe, não falo, mas consigo conversar com eles. Todos os dias eu ia ao Co-Work pelas sete horas. Ficava o resto do dia na OTA. Conseguimos organizar as pessoas. O médico fazia os testes à COVID-19. Mas havia grandes conflitos, as pessoas não queriam fazer os testes. Na altura pensaram que era algo direcionado para africanos. A nossa presença acalmou muitas pessoas. Eu tinha muitas queixas lá no Fórum Refúgio. Perguntavam: – Porque levaram os requerentes de asilo para um campo militar? Mas na OTA não tinha nenhum mal. Enquanto refugiado, eu passei por campos militares. Saí de lá para vir para Portugal, sei como eram esses campos²². A OTA é uma academia militar, com dormitórios.

As pessoas infectadas com COVID-19 não se podiam misturar com as outras. Depois de 14 dias faziam um novo teste. Passado esses 14 dias podiam sair. A situação não era tão má quanto alguns pensaram. Os militares não tinham a função de cuidar dessas pessoas. Falámos com alguns que nos disseram: – Nós não sabemos cuidar destas pessoas. Por isso, tinham os mediadores a acompanhar. Mas isso não quer dizer que lhes estavam a fazer mal. Ninguém passou mal. Por sua vez, os requerentes de asilo quebraram muitas coisas, e alguns tentaram fugir. Por isso alguns disseram que os requerentes de asilo estavam a passar por privações. Muitos não gostavam da comida. Era o tempo do Ramadão, levámos chá e vimos o que precisavam.

Não queríamos criar controvérsia. Mas as instituições estavam a defender as suas políticas ao não querer reconhecer a sua falha, e afirmando: – Nós não sabíamos. Porque nós sabíamos que vocês sabiam [da sobrelotação dos hosteis], mesmo antes da COVID-19. Não conseguiram agir de forma apropriada. Mas a nossa presença ajudou a acalmar tudo. E depois começou aquele processo, de dois, três meses, até todos saírem de lá. Na altura muitos jornalistas vieram ter comigo, mas foram as instituições que tiraram muitas fotos publicadas nas redes sociais. As instituições dizem que fui eu que estraguei o programa da OTA, mas eu não fiz nada. No entanto, estou grato que a OTA acabou, não vai continuar de novo.

Ainda sobre a superlotação dos hosteis. Hoje em dia, estes não têm muitos requerentes de asilo, mas são estabelecimentos comerciais. Outros grupos da sociedade



civil, às vezes sem-abrigo, estão nestes hosteis, que continuam sobrelotados. Não é com os refugiados, ou requerentes de asilo, mas continuam sobrelotados.

Isso leva-me para a questão do direito à habitação, do direito à cidade. Como tu bem disseste é um tema que me interessa particularmente e, talvez, numa fase inicial, o reconhecimento generalizado do problema não tenha sido imediato. Mas, à medida que o tempo foi passando, o tópico foi ganhando cada vez mais expressão. Porque, não só os problemas estruturais do acesso à habitação em Portugal e, em particular, na Área Metropolitana de Lisboa, são muito difíceis de ultrapassar - para qualquer pessoa, mas sobretudo para as pessoas em situação de maior vulnerabilidade -, mas também porque os refugiados têm problemas específicos de dificuldade de acesso: falta de fiadores ou outro tipo de garantias que lhes dificulta ainda mais o acesso a uma habitação adequada.

O problema da habitação em Portugal não é só para refugiados e imigrantes, como tu sabes. É para todos, no país inteiro. Temos um grande número de pessoas sem-abrigo, em Portugal. Cada vez que falamos sobre esta questão da habitação para os refugiados, outros dizem-nos: - Nós também! Esta questão não é de hoje. É um problema de longa duração. Os Programas de acolhimento, hoje em dia, asseguram uma casa durante 18 meses. Mas antigamente não era assim. Diziam-nos: - Vai procurar a tua casa, nós damos-te dinheiro. Na altura não era difícil arranjar casa. Falávamos com um português, que te alugava a sua casa. Talvez vocês já se conhecessem do café, ou algo assim. O fiador não era muito necessário na altura. Mas hoje em dia, onde existe contrato de trabalho? E o valor da renda das casas? Já subiu tanto. As pessoas estão a viver do rendimento social. Como vão conseguir alugar uma casa? Vivem em casas alugadas mas não conseguem pagar a renda. Cria-se um conflito. Quando tu dizes: - Eu sou refugiado. E vais procurar uma casa. As pessoas dizem: - Não, não, não! Eu não quero alugar a minha casa a refugiados. Porque não têm dinheiro suficiente para pagar. E outros refugiados depois, que não conseguem encontrar casa, vão partilhar casas. Algumas pessoas estragaram as coisas dentro de casa. Os proprietários começaram a ter medo.

Isto faz-nos voltar à questão da integração. E à capacitação das pessoas para se integrar na sociedade civil. Quando eu estou no Centro, lá estão a fazer tudo por mim, como para uma criança. Mas quando a mãe não está, eu não consigo fazer nada. E depois dizemos à pessoa para ser autónomo: - Agora vai a tua vida! A pessoa não tem trabalho, não fala a língua, não sabe o que fazer. Está a viver da Segurança Social. Às vezes cortam-lhe o subsídio. As pessoas passam por muitas dificuldades.

Se o Programa, na fase inicial, se focar no que as pessoas vão fazer quando saírem do Centro de Acolhimento, e se existirem outras formações complementares, quando as pessoas saírem já estão preparadas para viver sozinhas. Vão encontrar um trabalho, vão ter um salário, vão falar português, vão integrar a sociedade civil.

Só que o Programa está concentrado no acolhimento. Vão acolher 500 pessoas em Portugal e todos ficam felizes. O que essas pessoas vão fazer? Os problemas nos países de origem não acabarão em 2 anos, como sabemos. Pensavam que o Afeganistão já estava bem. A União Europeia começou a devolver afegãos e agora começou o conflito, de novo. A crise, de novo. Então, temos de pensar na construção da vida destas pessoas. Podem contribuir para a sociedade, podem fazer muitas coisas. Se não tiverem onde dormir vão começar a sair do país. Esta questão da habitação é algo que deveria ser pensado para a longa duração, não apenas para durante os 18 meses do Programa²⁴. Às vezes, algumas instituições, depois dos 18 meses, tiram as pessoas de casa. Não têm garantia de que, sem trabalho, as pessoas conseguem pagar a renda. – Tens recibo de vencimento? Tens fiador? Atualmente nós [UREP] estamos a fazer contratos de renda de casa para refugiados. Para evitar despejos, estamos a tentar facilitar o processo de alojamento assinando contratos de arrendamento para quem não tem os documentos necessários.

Todas estas coisas são uma confusão. Se, nesses 18 meses, enquanto a pessoa está a ter o nosso apoio, tivermos algum tipo de sensibilização sobre o fim do Programa e sobre como, depois, se consegue alugar uma casa, pode ajudar. Agora, se a pessoa ficar sozinha nesse processo... É muito importante que os refugiados saibam como navegar a sociedade civil em termos de procura de habitação. O Programa não está concentrado nisto. Por exemplo, uma senhora vivia em casa de outra. Essa senhora alugou uma casa, mas já saiu. Ficou lá outra senhora com seus três filhos. Um dia a dona da casa foi lá. Há muito tempo que não conseguia contacto. Viu a nova senhora e perguntou: – Onde está a minha inquilina? A renda da casa continuava a ser paga todos os meses. Recebia dinheiro mas não conseguia falar com quem assinou o contrato. Levou o caso ao tribunal que emitiu um aviso de despejo, em 20 dias. Percebemos que a dona da casa queria assinar um novo contrato, quando soube que eram refugiados. Tem filhos também. A senhora poderia ficar, contudo não está a trabalhar e não oferece garantias.

A UREP vai assinar o contrato e ficar como fiadora para que essa família tenha acesso à habitação. Isto é uma das coisas que o Fórum está a fazer, hoje em dia, para dar resposta habitacional aos refugiados. Se as instituições não dão garantia... É o nosso



papel. Não somos entidade de acolhimento, mas o nosso papel é promover integração. Se as pessoas, depois de toda essa tragédia que passaram, vêm para Portugal e ficam, de novo, sem-abrigo, é uma grande vergonha. Mesmo que Portugal já tenha gasto muito dinheiro. Dizemos que sim, o Programa correu bem durante 18 meses. Mas depois desse período? Estamos muito preocupados. Procuramos resolver alguns problemas: estamos a assinar contratos de arrendamento e, além disso, estamos a tentar ter um fundo de garantia, juntando-se alguma verba. É um risco que corremos. A UREP não tem dinheiro. Mas quando estas pessoas não conseguirem continuar a pagar a verba do contrato de arrendamento que fizemos para elas, nós podemos intervir rapidamente. Depois desta experiência, no futuro, se isto correr bem, vamos conversar contigo, para ver como podemos ter este papel de forma mais estruturada.



E também para dar o exemplo, não é?

Sim.

Até porque estes refugiados, se não tiverem apoio nestas situações estruturantes, depois acabam por ter problemas muito complicados em termos familiares, em termos pessoais. Porque não tendo casa, depois também são considerados inaptos para tomar conta dos filhos, por exemplo, ou para fazer uma série de outras coisas. Ou seja, o sistema acaba por penalizá-los cada vez mais, em vez de os integrar. Era essa a ideia inicial quando trouxeram refugiados para Portugal.

A segunda parte da questão sobre acesso à habitação relaciona-se com o facto dos Programas de acolhimento assentarem numa política nacional de distribuição de refugiados pelo país, sem possibilidade de mobilidade. Aqui, a centralidade e o magnetismo da Área Metropolitana de Lisboa contrastam com o isolamento e a invisibilidade sentidos pelos refugiados colocados em cidades de pequena/média dimensão e em áreas rurais no resto do país. Muitas vezes são enviadas uma, duas, ou três pessoas por localidade. Em Lisboa os custos de vida são muito mais elevados, as casas são mais caras. Contudo, em Lisboa os refugiados podem ter mais apoio das associações e outras instituições. Como vêes a situação atual em Portugal? Quais as dificuldades enfrentadas por refugiados, decorrentes desta política e como se ultrapassam?

O Programa tem que ser bem pensado. Em 2013, no tempo da Troika²⁵, no tempo da crise financeira, começaram a pensar em não ter estas pessoas apenas em Lisboa, onde os custos de vida são mais elevados. As instituições começaram a falar com alguns municípios mais desertificados. Muitas pessoas estavam a vir para Lisboa e muitas estavam a sair do país, a emigrar. Para nós era uma boa ideia, não ter todos os refugiados em Lisboa. Alguns eram agricultores no seu país de origem, fazia sentido

ficarem em zonas rurais. Mas o que aconteceu é que, com a grande distância, as instituições aliviaram o seu peso. Depois, chegou 2015 com a grande vaga de refugiados. O Programa já tinha sido testado, entre 2013 e 2015, podia-se ver como as pessoas estavam a viver. De 2015 até hoje, começámos a mandar pessoas para lá [para várias cidades de pequena/média dimensão e para áreas rurais]. Muitos municípios mostraram abertura. O Programa Municipal de Lisboa é a mesma coisa. A Câmara Municipal de Lisboa não tem instrumentos para acompanhar essas pessoas.

Vão levar refugiados para uma determinada localidade, uma aldeia, onde existem poucas pessoas, poucos jovens, com uma população muito envelhecida. Imagina agora uma senhora idosa a viver lá, nesta localidade, sem saber falar português, sem saber nada, com dois, três filhos, ainda menores. Vão ter casa, vão ter comida, vão ter tudo isso. Mas, e o futuro dessas pessoas? Não foi bem pensado. O Programa não resultou. As instituições que enviaram as pessoas para fora da Área Metropolitana de Lisboa estão aqui em Lisboa. Com que frequência visitam as pessoas? Porque as pessoas não falam bem português. Como vão saber como estão? Tinha de ser feito o acompanhamento destas pessoas. Por isso é que algumas pessoas não querem ficar lá. Mesmo os que têm casa e que conseguem trabalhar. Dizem-nos: – Não há nada para trabalhar, se não for na agricultura. E isso é um trabalho sazonal. Mais, existe uma pequena escola, com crianças provenientes de cinco, seis aldeias, e um autocarro que vai buscar as crianças a casa. Mas, a partir de certa altura, já não há escola, as crianças têm de ir para uma cidade próxima. Tu conheces bem a realidade em Portugal.

As pessoas estão a viver lá. Não sou eu, Alexander, com a minha cabeça, com o meu conhecimento de Portugal, que sou levado para estas localidades. Eu posso procurar, porque já conheço a realidade portuguesa, mas trata-se de pessoas novas, estas que estamos a trazer. Então, essas pessoas vão para Lisboa, deixam essa localidade, e dizem-lhe: – Não, não, não! Tu tens de ficar, Lisboa não é para ti. Recebo muitas chamadas, há muitas pessoas que vêm ter comigo ao espaço Co-Work e dizem-me: – Alexander, eu quero sair de lá. Não há futuro para nós. Não há futuro para os nossos filhos. A ideia da desconcentração e da dispersão era boa. Lá, muitos deles não pagam casa à Câmara. Isto demonstra alguma iniciativa, mas não dá perspectiva de futuro para estas pessoas: – O meu futuro não está aqui, é melhor ir embora para Lisboa, mesmo que eu tenha de dormir na sala de alguém com a minha família. Porque tenho amigos, assim estamos todos no centro. Mas eles ficaram em Lisboa e eu fui para a aldeia. Não devia ser assim, cada pessoa devia ter a sua liberdade, a sua privacidade e fazer a sua vida. Tudo isto é habitação. Habitação é uma das questões mais críticas





e importantes que o Programa devia abordar. Dão garantia de habitação no Programa mas não pensam o que acontece depois. Este é o problema.

Vamos para o nosso último tema de conversa partindo, precisamente, desta questão da habitação, mas percebendo que a habitação é uma dimensão entre outras com influência na qualidade de vida das pessoas. E aqui eu pergunto: quais seriam, do teu ponto de vista, as grandes prioridades de intervenção para um futuro mais inclusivo? Se tu pudesses influir nas políticas do governo e nas práticas do governo. E, também, como é que a sociedade civil, as associações e o Fórum Refúgio podem ajudar na implementação dessas políticas mais equilibradas. No fundo, como é que nós podemos, por um lado, combater a invisibilidade dos refugiados e, por outro, os problemas que os refugiados enfrentam? Porque eu diria que eles estão abaixo da linha do radar. Fala-se muito de refugiados mas, no fundo, as políticas de intervenção pública não tocam verdadeiramente na sua qualidade de vida, não têm impacte prático e direto. As políticas atuais são muito mais viradas para uma dita classe média do que propriamente para estas pessoas que estão em precariedade. Como é que as podemos ajudar a construir a sua própria cidadania e a fazer parte desta sociedade urbana em Portugal, de uma forma plena?

Estas pessoas querem (re) fazer a sua vida em Portugal. Não querem depender da Segurança Social ou esperar que o Programa lhes dê comida. Quando o Programa se concentrar na construção da sua vida, para além de as tirar do fogo, vai correr bem. O Programa tem uma duração de 18 meses que têm de ser preenchidos com várias atividades. Estas deviam ser obrigatórias. Caso contrário haveria repercussões. Porque isto prepara o futuro. Depois dos 18 meses as pessoas serão encaixadas na sociedade civil, com todos. Vão haver dificuldades de acesso à habitação, como para os todos os outros, mas em relação aos refugiados não se fala disto.

Falamos da sociedade civil. Quem quer receber refugiados? Será que eu quero apoiar os refugiados? Será por 18 meses, de novo? Nós não sabemos. O Fórum Refúgio diz que é importante envolver a sociedade civil. Levaram lá esta voz. Eu estou em contacto com algumas pessoas. Mas como é que este acolhimento, dentro da sociedade civil, vai acontecer? Nas famílias individuais? Não sabemos nada. Será que quem os acolhe fica com eles para a eternidade? Será enquanto os filhos crescem, casam e vão ter a sua própria casa, ou dentro dos 18 meses? É bom ter a sociedade civil por perto, mas o que tem para oferecer? Trata-se de um diagnóstico que devemos fazer antes de chamar a sociedade civil. Hoje em dia os portugueses são muito simpáticos, vejam a campanha que fizemos. As pessoas querem apoiar, muitos portugueses perguntam: – Como é que eu posso ajudar? Se fizermos uma recolha [de comida, roupa,

etc.] as pessoas juntam coisas rapidamente e dão aos refugiados. Toma 10 € para uma refeição, e depois eu não tenho nada a ver contigo. Não é isto que queremos. As pessoas refugiadas vêm viver com as outras pessoas. Temos de saber por quanto tempo e como é que vão viver, se há ajustamentos a fazer, como é que estes vão ser feitos. Isto não está a ser pensado no Programa, e o Fórum Refúgio está preocupado. Precisamos de interlocutores, pessoas com quem falar no governo, nas instituições, para que eles possam voltar à sua mesa e planear isto bem.

Não sei como responder a esta última questão, dar-te uma resposta concreta. A participação da sociedade civil, hoje em dia, é uma questão muito importante, mas tem de ser organizada. Os refugiados representam um número muito reduzido, quando comparado com o número de pessoas a viver em precariedade em Portugal. Estávamos a pensar como criar um esquema de habitação acessível para refugiados. Isso pode ser feito porque muitos refugiados, hoje em dia, estão a trabalhar na construção civil e sabem fazer reparações. Se alguém tiver uma casa abandonada, pode dar ao refugiado para arranjar e emprestar para ele viver lá. Os refugiados vão pagar as despesas, as taxas, etc. Temos de inovar para dar resposta a estas pessoas porque se eu, Alexander, em 2021, não tiver casa... No ano passado dei por mim numa situação complicada, de quase sem abrigo, fiquei sem casa. Foi difícil mas consegui encontrar solução. Imagina uma pessoa que não fala português, não sabe nada sobre o modo de funcionamento da sociedade civil, e se encontra nesse tipo de situação.

O governo está a pressionar [os municípios] para darem habitação social a estas pessoas²⁶. Podemos pensar de outra forma, ter alguns esquemas de habitação própria para refugiados. Temos de pensar que muitas mães solteiras, muitas famílias e pessoas incapacitadas não conseguem trabalhar²⁷. Temos de pensar no futuro dessas pessoas, e desenhar um Programa com a própria participação das pessoas. Também podemos dizer: – Eu vou fazer uma casa e viver da minha maneira, no meu conforto. Vou pagar a água, e algumas taxas. Temos de pensar nisso tudo. Não basta trazer pessoas, porque estas estão a tornar-se um peso no sistema social. Um dia chegou uma mulher mais velha do que a minha mãe ao espaço Co-Work. Começou a chorar à minha frente. A senhora tem duas filhas. Uma é maior e já saiu de casa. Ficou com a mais pequena. Recebem de Rendimento Social de Inserção (RSI) 180€, mais 180€. A Segurança Social não lhe paga casa. A família está nos Estados Unidos, ajudava mas cansou-se. Disseram-lhe: – Se estás num Programa que não consegue tomar conta de ti, então volta para África. A situação vai ficar melhor lá. Estamos a apoiá-la há 5 meses. No seu país de origem trabalhou num restaurante. Mas agora é idosa e gorda.





Foto 1: Alexander na OTA, 2020.

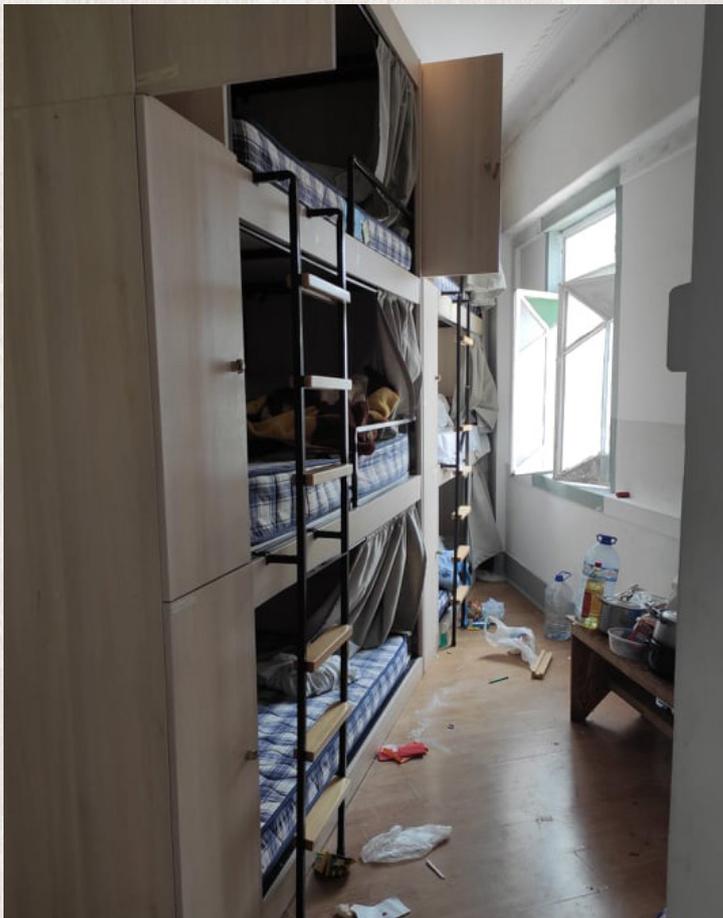


Foto 2: Hostel usado para o alojamento de requerentes de asilo, Lisboa, 2020.

Não consegue andar. Para fazer 5 metros demora 20 minutos. São estas pessoas que estamos a trazer no Programa e que apoiamos durante 18 meses. Qual o seu futuro? A senhora tem 5 meses de atraso no pagamento de renda da casa. Vão tirá-la de lá.

Não tenho resposta concreta, porque é muito difícil, mas acho que podemos mudar alguma coisa no sistema. E fazer este pequeno programa para os refugiados, específico para a habitação. A habitação é a vida destas pessoas. Se estamos a pensar na reconstrução da vida, começa em casa. Se eu estiver bem, se eu tiver onde dormir, posso pensar em fazer outras coisas. Eu não vou ficar todo o dia a comer. Posso procurar trabalho, voltar a casa e descansar, com a cabeça tranquila, para amanhã ir procurar, de novo, um lugar para aprender a falar melhor a língua portuguesa. Mas se eu sair de casa para procurar trabalho e a senhoria deixou alguma carta, alguma nota, dizendo que se eu não pagar vou ter que sair lá de casa... Vemos situações destas a acontecer todos os dias, com muitas famílias. Então, temos a questão da sensibilização. Mas também fazemos acompanhamento de proximidade. Estas pessoas estão lá isoladas. Muitas dizem que não têm dinheiro. Desde 2019 que estamos a pensar numa solução independente das instituições e do Programa do governo. Nós, enquanto Fórum Refúgio Portugal, temos de ver como repensar as nossas ideias e encontrar uma solução para isto. A habitação é tudo. É tudo para estas pessoas.

Se houver alguma coisa que queiras acrescentar agora tens toda a liberdade para o fazer. Muito obrigada pela tua disponibilidade. É sempre um prazer imenso trabalhar contigo.

Para fechar, Sílvia, Portugal tem a porta aberta para estas pessoas. Portugal vai continuar a receber pessoas. É notável como os Portugueses tendem a não discriminar estas pessoas. Quando falamos de discriminação em Portugal é uma coisa política, porque a sociedade portuguesa é, na maioria dos casos, amigável. Como podemos pensar, com toda a nossa experiência – com esses 15 anos de acolhimento em Portugal –, como podemos tornar este Programa num Programa bom? No tema da habitação, da educação das famílias, etc. Hoje em dia estão a separar muitas famílias. Porque nós não preparamos as pessoas refugiadas que chegam a Portugal. Alguém chega e tu dizes: – Isso não. Isso não se faz aqui. E tiram-lhes os filhos, por fazerem coisas que estavam habituadas a fazer na origem. 18 meses não é pouco, mas é necessário preencher esse tempo a preparar as pessoas para o futuro.



Temos de ajudar as instituições e o governo a ajudar os refugiados.

É esse o nosso papel. Porque eles não estão sempre no terreno, não têm acesso fácil, comunicação fácil. Nós estamos a fazer a mediação cultural. Estamos disponíveis para apoiar, para que o Programa possa ser bem definido. Muitos conseguem ter estabilidade. Antes dos 18 meses já estão a fazer a sua vida. Não podemos dizer que tudo é feio. Temos alguns casos de sucesso. Porque eu, Alexander, consegui e outros não conseguem? Vamos fazer este balanço. Estamos sempre lá para apoiar. Quando fazemos muito barulho ninguém nos quer ouvir, mas quando cantamos sossegados, fazendo a nossa música, todos nos vão dar ouvidos, porque todos querem ouvir o que temos para dizer. O meu ativismo é assim, não é barulho. Eu vou falar com calma, vou organizar as minhas coisas. Muitos têm interesse em ouvir o que temos para dizer e, talvez, tornar isto a sua política. Estamos prontos para falar com todos, para organizar a nossa voz.

Notas

1 Esta entrevista foi respondida pessoalmente em Setembro de 2021 e posteriormente transcrita.

2 Esta entrevista é produto da convergência de dois projetos de pesquisa: INSEhRE 21. Inclusão sócio-espacial e habitacional dos refugiados na Europa de hoje: Lições da diáspora africana em Portugal, concluído no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT, bolsa SFRH/BPD/118022/2016 - FSE/POCH); e Refugee Research for (Post)COVID-19. National Measures and Local Actions in the Algarve: A Digital Tour for Access to Adequate Housing and Living Conditions, em desenvolvimento no Centro de Investigação em Artes e Comunicação, Universidade do Algarve, também financiado pela FCT (2021.03008.CEECIND).

3 Sobre o estatuto de refugiado destaco que, atualmente, em Portugal, a autorização de residência definitiva tem duração de 5 anos, podendo ser renovada. Os beneficiários de protecção subsidiária têm autorização de residência de 3 anos, também esta renovável. Este estatuto é atribuído aos migrantes de países onde existe sistemática violação de direitos humanos ou risco de se sofrer ofensa grave. Apesar das diferenças estatutárias, por norma, referimos-nos a todos como refugiados.

4 Um estrangeiro maior de idade a residir legalmente em Portugal há 6 anos pode pedir cidadania Portuguesa. Mais informações disponíveis em <https://justica.gov.pt/Guias/como-obter-nacionalidade-portuguesa>

5 Ao contrário do que ocorre em diversos países Africanos e noutros da União Europeia, que sofrem com a forte pressão migra-

tória, como a Grécia e a Itália, em Portugal não existem campos de refugiados. Nesses contextos de emergência, transitórios por definição, muitos milhares de imigrantes sobrevivem diariamente, durante longos períodos, em condições de extrema precariedade e vulnerabilidade.

6 A partir de 2015 Portugal passou a acolher refugiados ao abrigo de programas Europeus de Recolocação e Reinstalação, para apoio à integração no país durante 18 meses. O primeiro refere-se à redistribuição de refugiados na União Europeia, vindos da Grécia e Itália (1550 pessoas recebidas até 2018). O segundo programa Europeu visou transferir refugiados de um país externo à União Europeia para um dos seus Estados-membros (neste caso 551 pessoas vindas da Turquia e Egipto até 2019, 142 recebidos através do Acordo União Europeia/Turquia 1x1). Até 2019 Portugal assumiu também a recolocação ad hoc de barcos humanitários, 144 pessoas vindas a partir de Itália e Malta), e analisou 5.686 pedidos de asilo espontâneos. Mais informações disponíveis nos relatórios do SEF (2019) <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2019.pdf>, SEF (2020) <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2020.pdf> e de Oliveira (2020) em <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/440932/Relatorio-Asilo-2020-OM.pdf/9f22513a-46ff-4f4b-a292-93347463d71c>

7 Localiza-se na atual União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, no Concelho de Loures.

8 Estas associações de refugiados encontram-se todas sediadas na Área Metropolitana de Lisboa, sendo esta a sua principal área de intervenção. No que toca à APIRP, a associação também se foca noutros migrantes em situação de vulnerabilidade.

9 Capaz de acolher cerca de 24 pessoas de cada vez, entre 2015 e 2018, o PMAR Lx

recebeu cerca de 250 refugiados nas suas instalações do Lumiar, sendo a sua capacidade inferior à contínua demanda (segundo entrevista exploratória a um técnico local, realizada em Lisboa em 9 de abril, 2019).

10 O projecto Largo de Residências localiza-se no centro de Lisboa (Junta de Freguesia de Arroios) e tem como missão contribuir para o desenvolvimento local, através da concretização de actividades culturais e negócios sociais para a integração artística e comunitária. Mais informações disponíveis em <https://www.largoresidencias.com/>

11 A associação Crescer localiza-se na zona oriental de Lisboa (Junta de Freguesia de Alcântara) e tem como missão contribuir para a inclusão dos grupos em situação de maior vulnerabilidade e exclusão. Mais informações disponíveis em <https://www.crescer.org>

12 A PAR é gerida pelo Serviço Jesuíta para os Refugiados (JRS). Trata-se de uma plataforma de organizações da sociedade civil unidas para o acolhimento de refugiados em Portugal feito, sobretudo, ao abrigo de Programas Europeus e de Acordos Internacionais. Mais informações disponíveis em <https://www.refugiados.pt/a-par/>

13 O projeto Tayybeh é um projeto de restauração montado por um casal de refugiados de origem síria. Mais informações disponíveis em <https://www.tayybeh.pt/> e num texto de Sílvia Leiria Viegas (2019) em <https://alicensnews.ces.uc.pt/?lang=1&id=25698>.

14 O Espaço Co-Work é um espaço partilhado por associações de refugiados e o Fórum Refúgio Portugal, localizado no Centro Nacional de Apoio à Integração dos Migrantes (CNAIM), em Lisboa. Foi criado, em 2019, para uma mais estreita prestação de apoio a refugiados.



15 Cyntia de Paula é Presidente da Casa do Brasil de Lisboa. Mais informações disponíveis em <https://casadobrasildelisboa.pt/>

16 Emellin de Oliveira é investigadora, co-fundadora e coordenadora executiva da NOVA Refugee Legal Clinic. Mais informações disponíveis em <https://novarefugeelegalclinic.cedis.fd.unl.pt/>

17 Como referido anteriormente, Cristina Santinho é investigadora e trabalha sobre o tema dos refugiados. Integra o Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA) do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

18 Como referido previamente, Alexandre Bagarrão Teixeira é embaixador do Fórum Refúgio Portugal.

19 A generalidade dos requerentes de asilo, enquanto aguarda a desejada resposta, é maioritariamente acolhida pelo CPR, no referido Centro de Acolhimento de Refugiados, da Bobadela. No entanto, dado o número crescente de pessoas nessa situação, estas instalações deixaram de ser suficientes. Para colmatar esta falta, o CPR alugou quartos em hosteais, sobretudo no eixo da Av. Almirante Reis (Lisboa), mas estes acabaram por também ficar sobrelotados.

20 Refere-se ao Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (CFMTFA), localizado na Ota, Alenquer.

21 No início de 2020, o Dr. Pedro Calado terminou o seu mandato como Alto Comissário para as Migrações, tendo sido substituído pela Dra Sónia Pereira.

22 No percurso que trilhou em África, desde a Libéria, passando pela Serra Leoa até chegar a Marrocos, Alexander ficou ao cuidado de diversas estruturas militares tendo, nessa altura, sentido de forma evidente o conflito existente entre muitos dos refugiados e essas organizações. Neste quadro, o exercício da violência e repressão em caso de contestação foi norma.

23 A dificuldade de acesso à habitação para refugiados, em Portugal, relaciona-se com desequilíbrios sócio-espaciais com franca expressão em casos de gentrificação, renovação urbana, captação de capital estrangeiro (sobretudo nos centros urbanos) e periferização da pobreza e da diferença. Tal como outros grupos mais vulneráveis de parques recintos, os refugiados encontram-se dependentes destas dinâmicas e suas forças económicas. Magnetizados pela grande urbe, muitos refugiados residem em áreas periféricas da Área Metropolitana de Lisboa, onde o arrendamento é menos elevado do que nos centros. Sem capacidade económica significativa, alguns indivíduos e famílias recorrem à partilha de apartamentos e de quartos. Desta forma, dividem custos mensais e contornam a questão do fiador e pagamento de caução elevada.

24 Além das dificuldades de acesso à habitação condigna, os refugiados tendem a enfrentar problemas específicos de integração, com impacto nesse acesso à habitação, tais como a dificuldade de aprendizagem da língua portuguesa, de acesso ao trabalho e fontes de rendimento, reconhecimento de competências, educação, cuidados de saúde, entre outras dimensões.

25 Refere-se ao período de ajuda financeira externa promovido pelo Fundo Monetário Internacional, ocorrido entre 2011 e 2014. O pacote então firmado com Portugal foi de 78 mil milhões de euros. O período ficou conhecido pelas políticas públicas de grande austeridade económica e contestação espontânea.

26 Têm surgido relatos de racismo e xenofobia em bairros sociais de Lisboa, no alojamento de refugiados.

27 A questão de género é muito relevante no que se refere ao acesso aos vários direitos dos refugiados. Seja por questões culturais, por dificuldade de gestão da vida familiar, falta de competências, entre outras incompatibilidades, são muitas as mulheres refugiadas que não conseguem trabalhar e ter rendimentos.

